PODER

Punidos, ministros exaltam Lula

Sabino e Fufuca são retaliados pelos partidos por se recusarem a entregar os cargos. Ambos reafirmam alinhamento com o governo

Ed Alves/CB/DA.Press

» WAL LIMA

União Brasil e o PP partiram para as retaliações contra os ministros do Turismo, Celso Sabino, e do Esporte, André Fufuca, que resolveram permanecer no governo. Os dois partidos, que se uniram em uma federação, haviam dado ultimato para desembarque da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Filiado ao União Brasil, Sabino até entregou a carta de demissão, mas mudou de ideia após conversa com Lula e decidiu permanecer no governo. A Executiva Nacional do partido resolveu, então, abrir um processo disciplinar contra ele, com possibilidade de expulsão e intervenção no diretório estadual do Pará.

Sabino, porém, não recuou. Ontem, reafirmou que seguirá na Esplanada e fez uma série de elogios à gestão petista. "Pelo bem do turismo, mas, especialmente, pelo bem do povo do Pará, pela realização da COP30, vou permanecer no governo. Fico no ministério, fico ao lado do presidente Lula, também por entender, que é o melhor projeto para o Brasil", enfatizou.

O ministro argumentou que "o Brasil ostenta uma taxa de desemprego de 5,6%, segundo o IBGE, a menor taxa de desemprego da história". "Nunca tivemos tantos brasileiros trabalhando de carteira assinada. O combate à fome, que tirou o Brasil do Mapa da Fome; o combate à extrema pobreza, que hoje ostenta o menor índice de toda a história, de 3,5%. Acho que não resta dúvida à sociedade brasileira de que este é o melhor projeto", defendeu. "E um partido político precisa estar antenado com aquilo que o povo quer. Os projetos que vão trazer benefícios para



Sabino disse que permanece no governo que tem "o melhor projeto para o Brasil". Fufuca afirmou que sua atuação seguirá voltada "à boa gestão"

Exonerações

Sabino e Fufuca, além do ministro de Porto e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foram exonerados pelo governo, ontem, para participar da votação da medida provisória com alternativas de arrecadação ao aumento do IOF. Os três têm mandato de deputado federal. A votação, no entanto, não ocorreu, e a MP perdeu a validade.

a sociedade devem estar acima dos interesses de qualquer projeto eleitoral, de qualquer projeto pessoal ou de qualquer projeto partidário."

Já o PP anunciou o afastamento de Fufuca de todas as funções partidárias, incluindo a vice-presidência nacional e o comando do diretório do Maranhão, seu principal reduto político. Em nota, o presidente da legenda, senador Ciro Nogueira (PI), afirmou que o partido "não integra o atual governo e não possui qualquer identificação ideológica ou programática com ele".

Segundo Nogueira, o afastamento foi uma resposta direta à decisão de Fufuca de ignorar a deliberação da Executiva Nacional e permanecer no ministério. O senador informou ainda que haverá intervenção no diretório estadual maranhense. "A Direção Nacional realizará, ainda, intervenção no diretório do Maranhão, retirando o ministro do comando da legenda no estado", disse.

Fufuca, por sua vez, reagiu publicamente à decisão por meio de nota, também reiterando seu alinhamento com o governo Lula. "Minha fidelidade é, primeiramente, ao povo que confiou o seu voto e me concedeu a honra do mandato", destacou. Segundo ele, sua atuação "está, inequivocamente, acima de quaisquer disputas partidárias internas" e seguirá voltada à "boa gestão e à governabilidade do país".

O ministro participou recentemente, ao lado de Lula, de um evento de entrega de moradias do programa Minha Casa, Minha Vida, em Imperatriz (MA). No palanque, fez questão de reafirmar o apoio político ao petista.

"Eu falo em alto e bom som: eu estou com Lula. Eu estou com o Lula do Bolsa Família, do Vale Gás, do Pé-de-Meia, do Mais Médicos, do Prouni. É esse o Lula que estou ao lado dele", declarou, sob aplausos do público.

Ele também fez referência indireta à punição imposta pelo partido. "Pode ser que o meu corpo esteja amarrado, mas a minha alma, o meu coração e a minha força de vontade estarão livres para ajudar Luiz Inácio Lula da Silva a ser presidente do Brasil", afirmou. (Colaboraram Eduarda Esposito e Alícia Bernardes)

Troca de alfinetadas

A decisão do ministro Celso Sabino de permanecer no governo foi criticado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), autodeclarado pré-candidato à Presidência. "Como ele quer ficar no governo, num partido que faz oposição, e manter as regalias do partido? Ele não pode fazer do seu projeto pessoal algo acima das regras partidárias", disparou Caiado. "A Executiva do partido já deliberou sobre o assunto. Não dá para ser soldado de Lula e do União Brasil", acrescentou, ao chegar à sede nacional da legenda, em Brasília.

Caiado classificou a permanência de Sabino no Executivo como uma "imoralidade ímpar". "Por isso que o partido vai tomar as decisões para que não haja esse mau exemplo, e que amanhã as pessoas achem que possam fazer do seu projeto pessoal um jogo acima daquilo que são as regras partidárias", acrescentou.

Questionado sobre as declarações de Caiado, Sabino disparou: Quando ele atingir 1,5% nas pesquisas, eu respondo ele", disse, numa referência ao desempenho do governo nos levantamentos sobre intenção de voto para a Presidência da República.

O União Brasil anunciou recentemente a formação de uma federação com o Progressistas (PP). O acordo prevê a atuação conjunta das duas siglas por, no mínimo, quatro anos, com o objetivo de construir uma candidatura competitiva à Presidência em 2026. (WL, EE, AB)

VITIMAS DA DITADURA

Certidões de óbito corrigidas

Familiares de vítimas da ditadura militar no Brasil receberam, ontem, certidões de óbito retificadas, responsabilizando o Estado brasileiro pelas mortes. Nos documentos atualizados, constam, agora, o reconhecimento de "morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população, identificada como dissidente política por regime ditatorial instaurado em 1964".

A certidões foram recebidas pelas famílias durante a 2ª Solenidade de Entrega de Certidões de Óbito Retificadas de pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), promovida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEM-DP) e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Entre os nomes que tiveram os registros corrigidos, estão os dos ex-deputados federais Rubens Paiva e Carlos Marighella. Foram entregues certidões a cerca de 60 famílias. Ao todo, o ministério informou que estavam aptas para serem entregues 109 certidões de óbito retificadas, mas nem todas as famílias puderam estar presentes.

A cerimônia, realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), teve a presença de familiares de mortos e desaparecidos, como Vera Paiva, Marcelo Rubens Paiva, Maria Marighella, além de autoridades convidadas, como Adriano Diogo, Eduardo Suplicy e José Dirceu.

A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, destacou que é preciso compreender o ato desta quarta-feira como um marco na institucionalidade democrática brasileira e que todos os brasileiros serão beneficiados. Ela afirmou que vem travando uma luta para que o Estado brasileiro possa regulamentar o crime de desaparecimento forçado.

"O que a gente entende é que tem crimes que não prescreveram, que são crimes continuados. Pessoas desaparecidas políticas no momento da ditadura, esse crime não prescreveu, porque o corpo não foi encontrado", frisou. "Muitas



A família de Rubens Paiva foi uma das que receberam o documento

vezes, sabe-se que essa pessoa foi retirada da sua casa, mas até hoje a família não tem acesso à verdade sobre o que aconteceu, a gente chama esse crime de crime continuado. É o debate que eu fazia sobre a gente regulamentar o crime de desaparecimento forçado, porque ele não cessa."

Vera Paiva

Integrante da mesa oficial da solenidade, Vera Paiva recebeu, ao lado do irmão Marcelo, a certidão de óbito retificada de seu pai, o deputado Rubens Paiva. "A gente se pergunta: como estariam participando de nossa vida em família? Como estariam aproveitando a maturidade dos seus filhos? Que fotos estaríamos tirando da sua convivência com os netos? Quando as pessoas perdem familiares e amigos, ao mobilizar a memória de entes queridos, frequentemente é assim que afetivamente lembram delas", disse Vera, que representa a sociedade civil na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, da qual

sua mãe, Eunice Paiva, fez parte. "No caso das pessoas assassina-

das por ditaduras, em especial daqueles cujos corpos nunca foram entregues às famílias e amigos, seguimos há décadas também sempre buscando a verdade sobre a morte, mobilizados pela necessidade de justiça e reparação. Reparação que cerimônias como essa acumulam", disse.

Vera ressaltou que memória e verdade permitem a busca pela justiça, identificando perpetradores desses assassinatos.

"Perpetradores anistiados de seus crimes na anistia negociada como ampla e geral. Para que nunca mais aconteça: memória, verdade, justiça e reparação. Nesse nosso movimento social que envolve dezenas, milhares de pessoas no Brasil, neste momento, é fundamental resistir a tentativas sem fim de destruição das democracias", ressaltou.

Segundo Vera, é preciso estabelecer marcos de memória que fortaleçam o exemplo de resistentes para as novas gerações. (Agência Brasil)





